

Monteiro Lobato e a Revista do Brasil (1916-1925): representações de ciência, literatura, arte e história

RENATA RUFINO DA SILVA*

Fazenda, 30,8,1916

Rangel:

Quando esteve aqui, por varias vezes o Pinheiro voltou ao assunto da Vida Ociosa – se era boa “mesmo”, se era coisa de valor, etc. Ele não sabe julgar por si. Respondi: “Não escrevo ao Rangel sugerindo que a Vida á Revista 1) porque a recusa do primeiro conto foi um grande desaforo; 2) porque não há na Revista competência para julga-lo. O que Rangel vai fazer é dar em livro a Vida Ociosa, com um sucesso tremendo, e vocês terão de convencer-se de que não passam duns asnos.” Isso calou no animo do Pinheiro e o levou a escrever-te pedindo a Vida.

Lobato (LOBATO, 1944: 103)

O fragmento acima se trata do início de uma carta de Monteiro Lobato ao seu amigo, e mais freqüente destinatário, Godofredo Rangel. A *Revista*, que ele menciona, era a *Revista do Brasil*, um dos mais influentes mensários da Primeira República. E o Pinheiro era o então secretário da revista, Pinheiro Junior. Nesse momento, Lobato ainda não era o reconhecido escritor de livros infantis e, tampouco, um dos mais expoentes empresários da cultura. Porém, já gozava de certo prestígio entre os editores do periódico, sendo determinante na publicação do romance do amigo, *Vida Ociosa*, entre os números 17 e 25 no mensário.

A participação como colaborador da *Revista* e, posteriormente, a sua compra e atuação como diretor foram decisivos nos primeiros anos da vida intelectual de Monteiro Lobato. Fundada em São Paulo, em janeiro 1916, por um grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, desde o terceiro exemplar há textos assinados por Lobato. Ela funciona como uma espécie de laboratório de sua literatura em formação. O estudo desse periódico se torna urgente para qualquer reflexão da obra lobatiana. Dessa maneira, nesse presente trabalho procuraremos analisar os primeiros anos de Lobato na *Revista do Brasil* e as mudanças com a sua compra em maio de 1918, quando se torna diretor do mensário e funda sua primeira editora: Monteiro Lobato & Cia. Editores.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A *Revista do Brasil* surge num momento, no começo do século XX, que foi visto por muito tempo como de estagnação das atividades literárias no Brasil, de esterilidade das letras. Contudo, estudos têm contribuído para a desconstrução dessa estigmatização, como o do sociólogo Sérgio Miceli. Em *Poder, sexo e letras na República Velha*, Miceli faz uma análise de como esses primeiros anos compreendidos como uma espécie de *intermezzo* “pré-modernista”¹, nada mais foram do que um recurso político dos autodenominados modernistas de se afirmarem e fortalecerem o modernismo como fonte máxima de autoridade estética. (MICELI, 2001: 16).

Miceli ressalta o fato de que foi nesse momento, antes de 1922, que se desenvolveram as condições favoráveis para a profissionalização do trabalho intelectual no Brasil e a constituição do campo intelectual (relativamente autônomo)². Cabe destacar que, segundo o autor, ter-se-ia conseguido eufemizar o fato de muitos dos chamados modernistas da Primeira Geração – Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Manuel Bandeira entre outros – terem tido sua estréia como escritores em plena República Velha³. Miceli enfatiza, ainda, a importância da grande imprensa na vida intelectual, uma vez que se constituía na principal instância de produção intelectual da época.

Dessa maneira, por utilizarem as “lentes de 1922” (FOOT HARDMAN, 1992: 290), muitos historiadores têm negligenciado a produção cultural desse “pré-modernismo”, segundo Tania Regina de Luca:

A visão a respeito das décadas imediatamente anteriores a 1922 tem sido determinada, em larga medida, pelo discurso dos modernistas (...). Os historiadores, a quem caberia a tarefa de questionar linearidades simplificadoras, tiveram sua atenção quase monopolizada pelas questões políticas e sociais (...) enquanto as problemáticas associadas à história intelectual e cultural, quer em sua versão tradicional de uma história das

¹ A expressão “pré-modernismo” foi cunhada por Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima. (BOSI, 1966)

² Sérgio Miceli, ao longo de sua obra, faz uso da sociologia de Pierre Bourdieu. Na sua teoria dos campos, Bourdieu desenvolve a idéia de que há um campo de concorrências no qual a tensão entre as posições em luta - lutas de classificação ou representação - determina as mudanças no interior desse “microcosmo”. As tomadas de posição dos agentes, segundo Bourdieu, estão relacionadas ao lugar que eles ocupam na estrutura do campo, seus *habitus* e marcados diretamente pelo espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores. BOURDIEU, 1996: 60-65.

³ Sobre essa discussão de auto-afirmação dos partidários da semana de 1922, há o trabalho de Mônica Pimenta Velloso que critica a tradição intelectual de associar o modernismo à década de 1920 e defende a tese da existência de uma “cultura do modernismo” antes mesmo da Semana de Arte Moderna. A autora data esse fenômeno no fim do século XIX e destaca “sinais de modernidade” na geração de 1870, relacionando-a com os modernistas paulistas de 1922. VELLOSO, 2003:351-387.

idéias, quer incorporando as novas abordagens inspiradas pela antropologia simbólica e pela teoria literária, permaneceram em segundo plano. (LUCA, 1999: 23)

Essa crítica de Tania de Luca nos remete a uma questão de extrema relevância na História Cultural, tal como a propõe o historiador Roger Chartier: as lutas de representação (colocadas num campo de concorrência e competições) têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, seus valores e domínios (CHARTIER, 1988: 17). Um exemplo entre essas lutas para conquistar a interpretação pública da realidade encontra-se no campo dos profissionais de produção simbólica (BOURDIEU, 1996: 65).

Essa preponderância do modernismo para a interpretação da literatura brasileira também tem sido questionado nos trabalhos de Abel Barros Baptista. Em *O livro agreste*, Barros Baptista analisa o ensaio de Antônio Cândido, *Formação da Literatura Brasileira*, considerando-o como um prolongamento do Movimento de 1922, que ganhou a universidade e até hoje seria o paradigma predominante na teoria literária. Esse projeto teria como base a construção de uma literatura brasileira enquanto parte essencial da construção da nação (BAPTISTA, 2005: 41-82).

É interessante destacar que ainda que em outros moldes, o grupo ligado à *Revista do Brasil*, antes mesmo do marco da Semana de Arte Moderna, compartilhava com algumas das idéias preconizadas pelos modernistas como a necessidade de um projeto constitutivo para a nação. Atentos para crítica nacionalista destacada por Baptista, acreditamos que as representações constituídas pelos letrados envolvidos no entorno da Revista são importantes para compreendermos o que estava em jogo no campo intelectual brasileiro, ainda em formação. O mensário, que teve sua primeira fase entre os anos de 1916 e 1925, ao todo 113 números, encerrada com a falência de Monteiro Lobato, foi importante na construção de representações de Brasil. Percebemos um projeto político-cultural explícito e uma forte atenção às grandes “questões nacionais”.

A *Revista* foi idealizada em 1915 por Julio de Mesquita, do jornal *O Estado de São Paulo*, tendo o auxílio de Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Júnior. O periódico levaria o nome de *Cultura* que, na última hora foi abandonado, na hipótese de Luca, devido à atmosfera nacionalista reinante (LUCA, 1999:25). Formada como

sociedade anônima, até 1918, contou com muitos colaboradores, sendo Monteiro Lobato, embora no início não figurasse entre os sócios, o recordista de textos da Primeira Fase (ao todo 40).⁴

No primeiro número, a *Revista*, que se declarava uma publicação de “ciências, letras, artes história e actualidades”, apresentou um programa de ações. Marcada pela diversidade (“nenhum de nós é homem de uma só profissão”), a proposta era que a inteligência brasileira deixasse de estar sob a tutela do estrangeiro (“pensamos pela cabeça do estrangeiro, vestimo-nos pelo alfaiate estrangeiro (...) calamos em nossa pátria”) e de se constituir um núcleo de propaganda nacionalista (RBR, v.1, n.1, p.1, jan.1916). A *Revista* se proclamava como difusora de novos valores culturais e morais, porém procurando origens que marcariam o povo brasileiro. Nessa busca, destaca-se a história dos bandeirantes e, por sua vez, do Estado de São Paulo, que se apresentam como exemplos para a História nacional: “A nossa história, com dois ou três lances de epopéia dos quais o maior e mais belo é talvez a arremetida dos bandeirantes para o sertão” (RBR, v.1, n.1, p.2, jan.1916).

Para tanto, os estudos dos acontecimentos do passado se tornam indispensáveis:

[a revista do Brasil] entendeu que podia realizar essa obra de patriotismo, provocando estudos do passado que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, de amor e de orgulho, e estimulando todas as energias actuaes para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos a profundez e a riqueza dos nossos thesouros intellectuaes.” (RBR, v.1, n.1, p.3, jan.1916)

Desse modo, o mensário não seria exclusivamente de história ou literatura, mas das duas, ao mesmo tempo, já que ambas teriam a nacionalidade como questão central. Sobre esse aspecto, Mônica Velloso, em seu artigo *A Literatura como espelho da nação*, atenta para o aspecto de como “ao longo de nossa história político-institucional, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social.” (VELLOSO, 1988: 239). Essa

⁴ Tania de Luca fez uma listagem dos autores que mais publicaram na Primeira fase: “Do ponto de vista estritamente quantitativo, os autores com maior número de trabalhos publicados, excluindo-se as transcrições, foram Monteiro Lobato (40), Arthur Motta (25), Amadeu Amaral e Mario de Andrade (13), Júlio Cesar da Silva e Medeiros e Albuquerque (12), Roquette Pinto, Godofredo Rangel e Oliveira Vianna (10), Mário Sette e Carlos Magalhães Azevedo (9), Oliveira Lima e Sérgio Milliet (8), Mário de Alencar Eduardo Navarro de Andrade, F. Badaró, Armando Caiuby, Hélio Lobo, Alberto de Oliveira, Alberto Rangel e Antonio Salles (6), Rui Barbosa, Sérgio Espínola, Martim Francisco, Haddock Lobo, Alceu Amoroso Lima, Argeu Guimarães e Alfredo d’E. Taunay (5), Olavo Bilac, Sampaio Dória, Martins Fontes, Gilberto Freyre, Paulo Setúbal, José Oiticica, Rodrigo Octávio Filho, Leo Vaz, René Thioller, A. Carneiro Leão e Júlio Scheibel (4).” LUCA, 1999:54.

concepção, de matriz positivista da literatura, e a obsessão pela captura do “real-nação” e pela “caça ao documento” teriam, segundo Velloso, confundido muitas vezes os discursos histórico e literário dos intelectuais brasileiros.

As considerações de Velloso são importantes no que se refere à *Revista*, uma vez que essa idéia da literatura representando a nação se fez presente em alguns momentos, especialmente na produção de Lobato. Contudo, ela não é regra em todos os textos de literatura. Ainda cabe destacar que isso não nos pareceu uma subordinação da ficção à História. Um aspecto importante é que os textos de cunho literário – contos, novelas, poesias, romances- estiveram presentes em todas as edições. As diferentes áreas do saber ali manejadas tinham o mesmo objetivo: compreender o Brasil.

Em relação à estrutura da revista, até 1918, na capa, constava um sumário, em destaque, com os nomes dos autores do mês, em que se mencionava a instituição do colaborador, se fosse o caso, geralmente “Academia Brasileira [de Letras]” ou Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na contra-capas, além da atenção ao fato de a Revista só publicar textos inéditos e dados dos diretores e secretários, havia ainda as informações da coluna *Resenha do mês*. Nessa, apresentava-se um panorama do movimento artístico e cultural brasileiro, predominando o lançamento de livros e exposições, além de transcrições de artigos de jornais brasileiros e estrangeiros, principalmente franceses e italianos.

E quanto à participação de Lobato?

Lobato, como já foi dito, desde o terceiro volume tem seus textos no mensário. Dos 29 volumes publicados antes de se tornar diretor, ele participou de 17. Além de Lobato, outros ditos “escritores regionalistas” são presença constante, como Afonso Arinos, Mario Sette, Leo Vaz, Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira (LUCA, 1999: 54-55). Quando a revista teve o primeiro número lançado, no dia do aniversário da cidade de São Paulo, 25 de janeiro, Lobato encontrava-se na Fazenda Buquira, propriedade herdada de seu avô paterno, o Visconde de Tremembé. De lá, onde o carteiro passava “dia-sim-dia-não”, ele escreveu o texto *Velha Praga* (1914), considerado o seu primeiro artigo para o grande público, dirigido à seção “Queixas e reclamações” d’*O Estado de São Paulo*. Em *Velha Praga* Lobato criticava a prática das queimadas dos caboclos.

De acordo com seu biógrafo, Edgar Cavalheiro, as repercussões do texto não “provocaram rumores nem comoções”, somente “meia dúzia de cartas” e “um convite para pronunciar conferências na capital” (CAVALHEIRO, 1955: 167). Contudo, em sua opinião, essas páginas traziam o “escritor feito, completo” e não um amador ou curioso. Logo depois foi publicado *Urupês*, artigo em que Lobato apresentou o personagem Jeca Tatu, passou a ser mais lido e a participar do grupo dos colaboradores remunerados de *O Estado*. A partir daí, Lobato, segundo André Campos, se inseriu num grupo de intelectuais intitulado “escritores-cidadãos”, que eram reconhecidos por defender uma literatura engajada (CAMPOS, 1986: 8). Entre suas referências intelectuais naquele momento, destaca-se seu interesse pelas teorias racistas, principalmente de Gustave Le Bon.⁵

Quando começou a participar do grupo alinhado à *Revista*, segundo Campos, Monteiro Lobato teria se sentido “envergonhado pelo reduzido número de obras referentes à História do Brasil que possuía em sua biblioteca” e se voltado a estudar a história nacional (CAMPOS, 1986: 23), o que era essencial para os mentores desse periódico. O contato com historiadores que ele estabeleceu enquanto colaborador e, principalmente, quando se tornou editor da *Revista* foram, em nossa opinião, importantes no seu interesse pela História e historiografia, levando-o, inclusive a traduzir relatos quincentistas: do alemão Hans Staden, em 1925 e do francês Jean de Léry, no ano seguinte.

Lobato estreou na *Revista do Brasil*, no número 3, de março de 1916, com o conto “*A vingança da Peroba*”, que depois comporia o livro “*Urupês*”, lançado em 1918. Nele, Lobato apresenta a rivalidade de dois sitiantes, João Nunes e Pedro Porunga, sendo que o primeiro era dominado pelo vício da cachaça e indolente enquanto o segundo um monjoleiro respeitado. Tomado pela inveja do vizinho, Nunes decide construir um monjolo – conta com a ajuda de um deficiente físico, Teixeira Maneta e corta a árvore que dividia as duas propriedades. Isso aumenta a contenda entre os dois vizinhos. O monjolo não funciona direito e é apelidada de Ronqueira. No fim, a família Nunes é acometida pelo “pau de feitiço” – uma árvore se vingaria pelas outras derrubadas: o filho único, Pernambi, que aos 7 anos bebia cachaça e pitava, é morto pela

⁵ Gustave Le Bon (1841-1931), autor de *L'Homme et les sociétés* (1881) e *La psychologie des foules* (1895).

engenhoca. Revoltado, João Nunes destrói a máquina: “durou muito tempo o duello trágico de demência contra a inércia da matéria bruta”. (RBR, v.1, n.3, p.281-295, mar.1916)

Numa carta à Rangel, Lobato comentou sobre essa primeira participação:

[Na] Revista do Brasil apareço com a Vingança da Peroba – um conto de monjolo e monlojeiros que termina sangrentamente. Acho que o sangue em golfos trágicos e o amor são as únicas coisas que nunca saem da moda em todas as literaturas. A idéia desse conto me veio há pouco tempo, quando mandei um monjoleiro da zona fazer um monjolo cá para a fazenda. Eu passava horas na “obra”, vendo aquele serviço de escavamento a enxó e provocando conversa com o carapina e o seu ajudante. Eles fizeram-me o monjolo e eu fiz o conto. (LOBATO, 1944: 69)

Sua experiência pessoal, vivendo no campo, era matéria para seus textos, literários ou não. Nessa linha, na seção *Resenha do Mês*, ainda no 3º número, há outro texto de Lobato, “*Cidades Mortas*”, extraído d’*O Estado de São Paulo*. Trata-se de um artigo no qual o autor lamenta que “um grupo de cidades moribundas arrasta um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez actual as saudosas grandezas de outrora.” A população dessas cidades seria formada sobretudo por caboclos, “verdadeiros vegetaes de carne”, “descendência roída de preguiça e álcool” (RBR, v.1, n.3, p.345-347, mar.1916). O pessimismo, graças à degenerência da raça, é marcante.

Lobato volta a publicar no número 8 da Revista uma novela intitulada *Boccatorta*. O texto também foi alvo de comentário com o amigo Rangel, em que Lobato lamentava a ausência de discussão sobre os textos publicados:

A Revista anuncia o teu nome para colaborador de números proximos. (...) O meu horrendo Boccatorta saiu. Se eu pudesse ouvir o mal que estarão a dizer dele por aí... Na frente todos elogiam. Oh, se pudéssemos ouvir o murmurado por trás, e conhecer as restrições, a assinalação dos defeitos, que proveitoso não seria! (LOBATO, 1944: 102)

Boccatorta, que também está presente em *Urupês* (1918), é considerado um conto fantástico de Lobato. A história se passa na fazenda Atoleiro, que pertencia ao Major Zé Lucas, onde vivia *Boccatorta*, filho de uma escrava de seu pai,

mísero, disforme e horripilante como não há memória de outro. Um monstro, de tão feio. há anos que vive sozinho, escondido no mato, donde raro sai e sempre de noite. O povo diz dele horrores - que come crianças, que é bruxo, que tem parte com o demo. Todas as desgraças acontecidas no arraial correm-lhe por conta. (RBR, v.2, n.8, p.335-348, ago.1916.)

No conto, Eduardo, noivo de Cristina, filha do major, curioso, propõe um passeio para conhecer a criatura. Cristina adoenta-se logo após o encontro com *Boccatorta* e morre poucos dias depois. Desolado, Eduardo vai ao seu túmulo e flagra

Boccatorta desenterrando o corpo da noiva. Na perseguição, a criatura desaparece no pântano, depois que sua “boca hedionda que babujara nos lábios de Cristina o beijo único de sua vida.”

Com um artigo sobre o pintor Pedro Américo, no número 11 da *Revista*, Lobato iniciou uma série de biografias de pintores brasileiros. As preocupações estéticas de Lobato são freqüentes em seus depoimentos e entrevistas. Quando jovem, gostava de pintar e imaginava que seria engenheiro ou pintor. Contudo, com a morte de seus pais, seu avô, que o sustentava, não concordou que estudasse Belas Artes. Foi para São Paulo, onde ingressou na Faculdade de Direito. Ainda que não exercesse o ofício de artista plástico, a opção pelo naturalismo lhe parecia mais coerente, pois estaria mais próxima do homem comum do que experimentalismo de vanguarda⁶.

Monteiro Lobato, como crítico de arte, começou a se posicionar na defesa de uma arte genuinamente brasileira, que desprezasse a produção e o gosto da elite nacional. Assim, a biografia que fez de Américo - desde seu encontro, ainda criança, com a missão do naturalista francês Luiz Brunet até a sua ida a corte, sua relação com o Imperador Pedro II que o incita a pintar batalhas nacionais- é marcada por elogios ao talento do pintor, mas também críticas “da sua pátria ser o mundo”. O quadro “Carioca”, por exemplo, estaria só no título pois “fora d’ahi é um simples nu, uma nymphá, uma banhista, uma fonte, tão carioca como as mil co-irmans que abarrotam todas as pinacothecas européias.” (RBR, v.3, n.11. p.256-271, nov.1916)

Destarte, Américo seria “o maior dos pintores brasileiros e o menos brasileiro dos nossos pintores” e, por essa razão, o “nosso pintor máximo”, até Almeida Júnior, que teria uma arte “profundamente racial”. Aliás, Almeida Júnior foi biografado no número 13. Nesse último texto, além de elogiar o pintor, Lobato historiciza a arte no Brasil.

Segundo Lobato, assim como Portugal, o Brasil colônia (“que outra cousa não era senão Portugal em projecção rarefeita sobre uma terra nova”) não teria revelado “signal de capacidade esthetica em nenhum campo plástico”. Até a chegada da corte de Dom João VI, não se veria “pintor na terra além duns santeiros vulgares.” Embora se

⁶ De acordo com os autores de *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*, Lobato queria “chamar atenção para o perigo que rondava o artista brasileiro: importar escolas prontas e acabadas - os ismos estrangeiros – significava desviar-se ainda mais do caminho que levaria à independência artística, ou seja, à consolidação de um caráter estético nacional”. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 1997: 170).

tenha criado escolas e importado professores da França a partir de 1808, à luz do critério nacionalista foi isso um erro: “em vez de operarem como tutores da arte local, que emitia débeis vagidos, e embora primitiva, rude, ingênua, tinha o alto valor de ser uma tentativa da terra, elles despresaram-n’á para enxertar os amaneirados em moda na França.” As obras desse período seriam boas, mediócras, “mas seladas todas com o carimbo do falso” (RBR, v.4, n.13. p.35-51, jan.1917)

Lobato ressalta a importância de Porto Alegre e, principalmente, Pedro Américo, “artista excepcional” que com sua “Batalha do Avaí” fez com que o romantismo atingisse “um píncaro só acessível ao gênio.” Depois de findo o ciclo do romântico, Almeida Júnior teria conduzido pelas mãos uma coisa nova, “a verdadeira, o naturalismo”. Nesse sentido, Almeida Jr, segundo Lobato, criou, assim, a “pintura nacional em contraposição à internacional, dominante até ahi.”

Lobato destacou a origem pobre de Almeida Júnior que, com a ajuda de amigos, conseguiu estudar na Escola de Bellas Artes, e o encontro com o Imperador, que lhe deu uma bolsa de estudos. Analisou, ainda, algumas obras como “Saudade”, “Inoportuno”, “O violeiro” e “Os caipiras” ressaltando o tom local nas mesmas. Encerrou ressaltando o apreço de Almeida Jr pela verdade, em detrimento até mesmo da beleza, o que seria algo importante na sua obra uma vez que

só resiste á ação da critica e do tempo a obra sincera que nunca falsifica a verdade em nome de um ideal de occasião. A Grécia é eterna, porque os cânones da arte grega eram decalcados sobre os cânones da verdade.

Além das biografias de Pedro Américo e Almeida Júnior, Lobato também escreveu sobre o pintor Pedro Alexandrino, no número 26 da revista. Ainda na crítica de arte, outros artigos que merecem destaque são *Dois pintores paulistas* e *O salão de 1917*, ambos com ilustrações, publicados nos números 12 e 22, respectivamente.

O primeiro, publicado na seção *Resenha do mês*, foi dedicado aos pintores Paulo Valle e Wasth Rodrigues, sendo que Lobato registrou muito mais o último, que foi ilustrador de seu livro *Urupês* (1918). Começou observando “a maestria de traço que os distingue”, porém disse acreditar que ambos seriam vítimas “da absurda orientação esthetica que o governo imprime às vocações fortes nascidas em nosso meio, consistente em desnacionalisá-las e suffocar ao nascedouro o temperamento racial...” Desta forma, para Lobato, se viveria uma “grande crise do pintor nacional educado fora do ambiente nativo”, pois lhe faltaria “aquele músculo leonino do bandeirante que

rasgava de extremo a extremo, implacavelmente, a carne viva das sertanias virgens” (RBR, v.3, n.12. p.395-403, dez.1916).

Contudo, essa dificuldade dos pintores de lidar com a natureza brasileira não atingiria Wash Rodrigues. Era uma exceção: penetraria no sertão, estudaria os segredos dos verdes agrestes e do “homem incontaminado, grosso de casca, intraduzível em francês”. Lobato alertou que a pintura brasileira “só deixará de ser um pastiche sem valor, um mambembe por sessões”, quando “se penetrar que é mister compreender a terra para bem interpretá-la.” Citou como exemplo o caso das escolas holandesa e flamenga, com Rembrandt e Rubens, que teriam compreendido a terra. Finalizou anunciando que Wash teria a “alma aberta a essas luzes”, compreendido o erro e visto o caminho:

no dia em que as demais vocações artísticas embicarem pela mesma senda, teremos pintura. Até lá teremos uns produtos muitíssimo lógicos da irrisória esthetica official – cadinho de verter para o francez o que é por essência intraduzível.

Já “O ‘Salão’ de 1917” é sobre a 24ª exposição geral de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Lobato é bastante crítico ao “salon”:

O que se nunca abre apesar das vinte e três aperientes exposições anteriores é o apetite do publico para estas coisas de arte. Quero dizer, na minha que, como as outras, a exposição deste anno está ás moscas. (RBR, v.6, n.22, p. 171-190, out. 1917)

No texto, Lobato cunhou os salões anuais de “entra um” em referência às ruas vazias das “cidadesinhas da roça” que eram chamadas de “rua de vae um”. E, ironicamente, afirmou que esse “um”, visitante perdido, “em namoro ante certos quadros, é de ordinário... o seu próprio autor.” Por isso, um indivíduo se dedicar às artes seria “perpetuar heroísmo tangencial á loucura”. No Império, o que “contrabatia esta vacuidade das massas o insubstituível Pedro II”. Com a república, a arte estaria falida assim como o Tesouro Nacional.

Lobato comentou sobre algumas obras e artistas, “dos novos é Pedro Bruno o que melhores cópias dá de si”, mas terminou lamentando o desinteresse pelas artes no Brasil:

Numericamente consta o certamen de 225 obras de pintura, 19 de esculptura, 13 de architettura, 3 de gravura, afora 22 medalhas, gravuras em pedras, gesso e cera. Seria pouco no Panamá, nos Estados Unidos da Colombia ou n’outro qualquer paiz de intensa população. Cá nos nossos Estados Unidos é, indubitavelmente, muito. Não esqueçamos que somos um

paiz de apenas 30 milhões de habitantes, e muito novo, tão novo como o USA.

Lobato também apresentou sua concepção de arte numa resenha ao livro *Artistas Bahianos*, de Manoel R Querino. Inserido na seção *Resenha do mês*, o autor começou criticando a demora da chegada da obra em São Paulo (o livro foi editado na Bahia em 1911 e levou 5 anos para começar a circular na capital paulista). Para Lobato, isso seria um contra-senso, na medida em que as livrarias paulistas estavam “pejadas de novidades beligerantes francezas”: “isto mostra que a França está muito mais perto do Brasil do que o próprio Brasil.” Sobre o autor, Lobato destacou o fato de Querino ser membro do Instituto Histórico da Bahia e sua origem humilde:

[Manoel Querino] é preto, como nol-o revela o seu retrato. Isto só lhe acrescenta o valor. (...) [pois] ser preto é ser humilde, partir do nada, encontrar na vida todos os óbices do preconceito social e dispender para a obtenção das coisas mínimas um esforço duplo do requerido pelos que nascem limpos de pigmentos.

Lobato elogiou o trabalho de investigação de Querino, que reuniu “tudo quanto em annos de labor conseguiu colher relativo aos escultores, pintores e músicos bahianos” e sua atenção à Bahia, pois esta seria fornecedora ao povo, até os seus dias, do “misticismo colonial” (RBR, v.4, n.16. p.503-505, abr.1917).

Novamente sobre os trabalhos de cunho literário na *Revista*, outros textos que em 1918 fariam parte de *Urupês* e foram publicados pela 1ª vez no periódico foram: *A colcha de retalhos* (nº 12), *Gargalhada do Collector* (que em *Urupês* passou a ser *O engraçado arrependido*, nº 16), *Pollice Verso* (nº 18), *O mata-pau* (nº 24), *O comprador de fazendas* (nº 27) e *O estigma* (nº 28). Todos abordam a temática do sertanejo e o que envolve suas tradições e crenças.

Além dos contos e novelas, a *Revista* também registrou as atividades literárias fora do âmbito do periódico. No segundo ano da revista, em 1917, Lobato mudou-se para São Paulo e passou a participar ainda mais intensamente das publicações em que colaborava: a própria *Revista* e o jornal *O Estado de São Paulo*⁷. Foi nesse ano que ele promoveu o inquérito de um dos personagens mais significativos do folclore brasileiro:

⁷ Segundo Edgar Cavalheiro, apesar de participar de outras publicações, “colabora na ‘Vida Moderna’, nela publicando inúmeros ‘suetos’ e alguns capítulos de ‘O queijo de Minas ou a História de um Nó cego’; escreve num jornaleco chamado ‘O queixoso’, n’‘A Cigarra’, de Gelésio Pimenta, no ‘Parafuso’, de Benedito de Andrade, n’‘O pirralho’, de Oswald de Andrade”, somente n’O Estado e n’A Revista que usa o próprio nome. No demais, quase sempre assinava com pseudônimos. (CAVALHEIRO, 1955: 189).

o Saci Pererê. Foi publicado um livro, que foi alvo de comentários dos diretores do mensário:

O Sr. Monteiro Lobato reuniu em volume, acolchetando-lhes alguns commentarios deliciosos e emparedando-os entre um prólogo e um epilogo refulgentes de graça, os depoimentos que a propósito do Sacy Pererê obteve num inquérito aberto há tempos, na edição nocturna do Estado de São Paulo. Os leitores da Revista do Brasil dispensam, naturalmente, que lhes digamos quem é, como escriptor, o Sr. Monteiro Lobato: raro será o numero desta Revista em que sua fantasia, ora álaçre, ora trágica, e sua observação, sempre aguda e quasi sempre risonha, não encantem e divirtam os leitores. (RBR, v.7, n.26. p.178, mar.1918)

Além do livro, Lobato promoveu um concurso de pintura sobre o Saci, que contou com a participação de vários artistas, entre eles, Anita Malfatti⁸. O próprio Lobato escreveu um texto sobre a exposição de representações do Saci:

productos de um concurso conseqüente a um inquerito que está na memória de todos, estiveram expostos ao publico varios quadros e esculpturas onde, pela primeira vez na terra natal do Sacy, foi o Sacy guindado ás regiões da arte. (RBR, v. 6, n.23. p.403-413, nov.1917)

Lobato, com o passar do tempo, estava cada vez alinhado ao programa da *Revista* de formar uma consciência nacionalista. Contudo, mesmo o periódico, que nascera “para trazer a tona coisas do passado e promover análise do presente, desviava-se, instintivamente, dos rumos iniciais” em sua opinião (CAVALHEIRO, 1955: 194). Segundo Cavalheiro, Lobato reclamara que só ele e Medeiros e Albuquerque, da Academia Brasileira de Letras, ocupavam-se de assuntos nacionais:

Tudo mais é coisa forasteira. Anda a nossa gente tão viciada em só dar atenção às coisas exóticas, que mesmo uma ‘Revista do Brasil’ vira logo de Paris ou da China. Nascida para espelho de coisas desta terra vai refletindo só coisa de fora. (CAVALHEIRO, 1955: 194)

Por essa razão, quando convidado para ser diretor da revista, almeja ainda mais, a compra do mensário, como comenta na carta ao amigo Rangel:

Lá pela Revista do Brasil tramam coisas e esperam a deliberação da assembléia dos acionistas. Querem que eu substitua o Plínio na direção; mas minha ideia é substituir-me á assembleia, comprando aquilo. Revista sem comando único não vai. Mas a coisa é segredo. (LOBATO, 1944: 159-160).

⁸ No texto, Lobato comenta que Anita Malfatti “também deu sua contribuição em ismo.” No mesmo ano, em 20 de dezembro de 1917, Lobato publicou uma crítica à pintura moderna de Malfatti, no jornal *O Estado de São Paulo*, que foi decisiva para a alcunha de “anti-modernista” de Lobato. Esse texto foi publicado dois anos depois no seu livro “Idéias de Jeca Tatu”, sob o título “Paranóia ou Mistificação?”. Nesse episódio, amigos de Anita, como Mário de Andrade, começaram a desqualificar Lobato como crítico de arte.

Entretanto, o Lobato que compra a *Revista do Brasil* em maio de 1918 já não parece o mesmo dos primeiros contos e artigos⁹. O caboclo, que até então era alvo privilegiado de suas críticas, passa progressivamente à condição de vítima. O problema deixa de estar no homem do campo, mas sim nas suas condições de vida. A temática passa a ser do saneamento e da higiene, algo que já podemos perceber nas últimas participações de Lobato na Revista, ainda como colaborador.

No artigo “*O saneamento do Brasil*”, da seção *Resenha do Mês*, que foi publicado primeiramente no jornal *O Estado de São Paulo*, Lobato denuncia o amadorismo na medicina no sertão do país e critica a prática do curandeirismo:

a syphlis é contrabatida nas cidades pela medicação específica que lhe atalha o passo ou minora os efeitos; mas no sertão, nesse maravilhoso sertão preluzido na mioleira dos poetas como um edem embalsamado de manacás, quem lida com ella é o negro velho ignorantissimo, quando não é pharmocopola extravagantemente pittoresco do pica-fumo ‘curador’. (RBR, v.7, n.27. p.303-305, mar.1918)

Por essa razão o “treponema” riria das “micagens e rezas”. Entre as mazelas dos sertanejos, Lobato destaca também a mortalidade infantil e o acoolismo, “degenerência physiologica determinada pela cachaça”. Ele comenta que em todos os países do mundo “as populações ruraes constituem o cerne das nacionalidades”, sendo responsáveis pela “infiltração permanente de sangue e carne de boa tempera”. Os camponeses contrabalanceariam o “desmedramento urbano”: “os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiencia...” Contudo, no Brasil, em sua opinião, dá-se o contrário porque o “elemento rural é pior que o urbano”. Dessa maneira, concorda com o diagnóstico de Belisário Penna que aponta o Brasil como um país de doentes. Por isso, clama pelo saneamento do país, referindo-se aos estudos de Carlos Chagas, Arthur Neiva, “e mais intemeratos discípulos de Oswaldo Cruz” (RBR, v.7, n.27. p.305, mar.1918).

Essa mudança de postura de Lobato em relação às populações sertanejas – que deixam de ser culpadas pelo atraso brasileiro e passam a ser vítimas - podemos perceber também em outro texto, *As novas possibilidade das zonas cálidas*, do número 29 da revista, o último antes de assumir a direção do periódico. Lobato argumentou, citando

⁹ Sobre isso, nos atentaremos aos problemas apontados por Pierre Bourdieu, em *A ilusão bibliográfica*: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como uma narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.” (BOURDIEU, 1996: 76)

exemplos, que foram nas zonas tropicais que se desenvolveram as espécies de animais e vegetais “mais altas”, onde “a vida ascende ao esplendor máximo”. Entretanto, essa regra falharia com relação ao homem. Nesse sentido, ele procura entender o porquê dessa “contradição”.

Para ele, o homem, ao civilizar-se, teve um enfraquecimento biológico, o que o impediria de prosperar em regiões quentes, repleta de parasitas: “No ser fraco, porém, dessorado pela civilização, a baixa animalidade encontra todas as portas abertas, nenhuma reacção eficaz, e fazem dele hospedaria. D’ahi o estado de doença.” Contudo, Lobato acredita ser possível mudar o estado das coisas: com a higiene (“defeza artificial que o civilizado criou em substituição da defeza natural que perdeu”). Nesse sentido, embora tomado por teorias raciais, Lobato apresentou uma postura mais otimista em relação ao país e sua população. O problema da nacionalidade, enfim, teria uma solução:

Desfeitos todos os véus de ufania, livres para sempre da mentira dithyrambica, o caminho está desimpeçado para a cruzada salvadora. Sanear o país deve ser a nossa obsessão de todos os momentos. É a grande formula do patriotismo que se não contenta com o jogo malabar do palavriado sonoro. (RBR, v.8, n.29, p.3-8, mai.1918)

Dessa maneira, a análise dos textos de Monteiro Lobato na *Revista do Brasil* é importante no que se refere a sua trajetória intelectual e, sobretudo, suas posições sobre os diversos assuntos que não são, de forma alguma, constantes. O célebre personagem Jeca Tatu, num primeiro momento dominado pela preguiça e impenetrável ao progresso, é recuperado e alçado a categoria de bandeirante, uma vez que foram Jecas “que devassaram os sertões com as bandeiras” e responsáveis “pelo pouco de riquezas que ainda temos” (LOBATO, 1948: 313-319). Acreditamos que esse estudo preliminar da atuação de Lobato na *Revista* será importante no projeto particular de compreender a concepção de História de Monteiro Lobato, o que envolve a construção de uma determinada representação de passado colonial.

Referências Bibliográficas

1. Obras de Monteiro Lobato:

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1949. [1ª edição 1918]

_____. *Aventuras de Hans Staden. O homem que naufragou nas costas do Brasil em 1549 e esteve oito meses prisioneiro dos índios tupinambás narradas por dona Benta*. São Paulo: Editora Nacional, 1927. (1ª edição)

_____. *História do mundo para crianças*. 1. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Robinson Crusoe*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.

_____. *Mr.Slang no Brasil e Problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1948

_____. *Conferências, artigos e crônicas*. 4 ed. Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, 1951. v.2. (1ª série)

_____. *Prefácios e Entrevistas*. 7ed. Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, 1956.

2.Periódicos:

REVISTA DO BRASIL. São Paulo. 1916-1918.

3.Livros e artigos:

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia Mascarenhas de Rezende; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 1997.

BOSI, Alfredo. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix. 1966

BARROS BAPTISTA, Abel. *O Livro agreste*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo : Brasiliense, 1990.

_____. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura brasileira (momentos decisivos)*, 6º edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. vol 1.

CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988

_____. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

_____. *À beira da falésia*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. *Pierre Bourdieu e a história*. Rio de Janeiro: Topoi, mar. 2002, pp. 139-182.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Antigos modernistas*. In: *Tempo e História*. NOVAES, Aduato (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HANSEN, João. *Reorientações no campo da leitura literária*. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objeto e práticas*. Campinas e São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil e Fapesp, 2005, pp. 13-44.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAJOLO, Marisa & CECCANTINI, João Luís (orgs.). *Monteiro Lobato, livro a livro: Obra infantil*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LOURENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>

_____. *O modernismo e a questão nacional*. In: *O Brasil Republicano. Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Vol 1. DELGADO, Lucília. A. Neves. FERREIRA, Jorge. (orgs) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003.

VENÂNCIO, Giselle. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. (tese de doutorado)